IX CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO PROJETO DE ASSENTAMENTO ESTRELA, JARAGUARI (MS): UM DIAGNÓSTICO PRELIMINAR MULTIDIMENSIONAL

SANDRO FABIAN FRANCILIO DORNELLES[1]
GERALDINO CARNEIRO DE ARAÚJO[2]
DEVANILDO BRAZ DA SILVA[3]
FERNANDO LOPES NOGUEIRA[4]
TCHOYA GARDENAL FINA DO NASCIMENTO[5]

[12345]Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) sandro.dornelles@ufms.br; [2]geraldino.araujo@ufms.br; [3]devanildo.silva@ufms.br; [4]fernando.nogueira@ufms.br; [5]tchoya.fina@ufms.br

Resumo

Este estudo apresenta um diagnóstico preliminar multidimensional sobre os impactos da regularização fundiária na organização produtiva, nas condições socioeconômicas e nas estratégias de permanência das famílias no Projeto de Assentamento Estrela, de Jaraguari-MS. A pesquisa caracteriza-se como exploratório descritiva, com abordagem mista, utilizando *survey* aplicado a 50 famílias tituladas e residentes no território, coletado em junho de 2025. Os resultados evidenciam que, embora a titulação formal tenha avançado significativamente, apenas 14% das famílias concluíram plenamente o processo de regularização. Apesar disso, 80% dos entrevistados declararam sentir-se seguros juridicamente após a titulação, o que impulsiona o planejamento produtivo e os vínculos comunitários. A estrutura social revela uma população envelhecida, com sérios riscos para a sucessão familiar rural, ao passo que o protagonismo feminino emerge como eixo de resistência econômica. A matriz produtiva é voltada majoritariamente ao autoconsumo e às feiras locais, com entraves logísticos de escoamento. Conclui-se que a regularização fundiária influencia diretamente a percepção de segurança jurídica e as estratégias de reprodução social, sendo necessárias políticas públicas que acompanhem os assentados para além da redistribuição formal da terra.

Palavras-chave: Plano Plurianual; Indicadores sociais; Reprodução da força de trabalho.

1 Contextualização

A questão agrária em Mato Grosso do Sul tem suas raízes no processo de apropriação capitalista da terra, o que consolidou uma estrutura fundiária altamente concentrada desde a criação do estado em 1977. Foi nesse cenário que a ocupação da Fazenda Santa Idalina, em Ivinhema (1984), marcou o início da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado (Cattelan; Moraes; Rossoni, 2020). No entanto, após um pico de ocupações entre 1998 e 2000, o movimento enfrentou um arrefecimento, motivado pela percepção de paralisação das políticas redistributivas. Nesse contexto, dados de 2014 revelam que propriedades rurais com mais de 1.000 hectares ocupavam quase 70% da área total do estado (Nardoque; Melo; Kudlavicz, 2018).

Importante ressaltar que partir de 2005, observou-se uma mudança no protagonismo da questão agrária em Mato Grosso do Sul, com os movimentos indígenas liderando o número de ocupações (retomadas) para pressionar pela demarcação de seus territórios frente à expansão das monoculturas de soja e cana (Melo, 2017; Nardoque; Melo; Kudlavicz, 2018). Neste contexto, escolhemos para este estudo o Projeto de Assentamento Estrela, localizado no município de Jaraguari, Mato Grosso do Sul (a cerca de 44 km de Campo Grande, capital do estado) insere-se na modalidade de reforma agrária consolidada nos anos 2000, caracterizada pela aquisição institucional de terras. O acesso principal se dá pela BR-262, e o assentamento situa-se a aproximadamente 80,5 km da sede de Jaraguari e a 36 km de Campo Grande (Nogueira *et al.*, 2026).

Foi criado oficialmente em 5 de dezembro de 2007, pela Portaria nº 44, da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Estado de Mato Grosso do Sul. A proposta consistia na destinação, para fins de reforma agrária, do imóvel rural denominado Fazenda Estrela, com área total de 2.009 hectares. Por fim, o assentamento prevê o acolhimento de 204 famílias, organizadas em sistema de parcelamento individual de lotes (Brasil, 2007). Entretanto, a transição da conquista formal da terra para a efetiva sustentabilidade socioeconômica dos assentados é permeada por gargalos e assimetrias que desafiam a consolidação de modelos alternativos ao agronegócio hegemônico, demandando uma abordagem que considere a multidimensionalidade do espaço rural para além do viés estritamente setorial-agrícola (Schneider, 2010).

Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a regularização fundiária influencia a organização produtiva, as condições socioeconômicas e a percepção de autonomia das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Estrela, de Jaraguari, em Mato Grosso do Sul? Considerando as dinâmicas territoriais locais, os desafios impostos pela expansão do agronegócio no estado e os arranjos organizacionais construídos pelas famílias assentadas, o estudo apresenta um diagnóstico preliminar multidimensional acerca das condições de permanência e reprodução social no assentamento. Neste estudo, a autonomia é compreendida como a ampliação das capacidades de permanência no território, organização produtiva, planejamento econômico e reprodução social diante das condicionantes estruturais impostas pelo mercado de terras, pela burocracia estatal e pelas dinâmicas regionais do agronegócio.

2 Objetivos

O objetivo geral deste estudo é analisar os impactos da regularização fundiária sobre a organização produtiva, as condições socioeconômicas e as estratégias de permanência das famílias no Projeto de Assentamento Estrela, de Jaraguari, Mato Grosso do Sul. Os objetivos específicos são:

a) Caracterizar as atividades econômicas desenvolvidas nos lotes e seu potencial de diversificação produtiva;

b) Avaliar os estágios e a percepção de segurança jurídica decorrentes do processo de regularização fundiária; e

c) Analisar a estrutura social do assentamento, com foco no protagonismo feminino e nos desafios geracionais de sucessão familiar.

3. Procedimentos Metodológicos

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de campo de natureza exploratório-descritiva, utilizando uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa) para analisar o perfil socioeconômico e produtivo do Projeto de Assentamento Estrela. O delineamento metodológico fundamentou-se na estratégia de *survey* exploratório-descritivo**,** seguindo a abordagem de Forza (2002).

A pesquisa adotou uma amostragem por acessibilidade e representatividade local, selecionando intencionalmente 50 famílias tituladas e residentes no território. Para fins de validação do caráter exploratório do estudo, essa amostra atende a critérios de saturação qualitativa e robustez estatística descritiva mínima para o universo de 197 famílias ativas, operando dentro de uma margem de tolerância analítica adequada para cenários rurais de difícil acesso, alinhando-se aos pressupostos metodológicos de Creswell (2014) e Saunders, Lewis, Thornhill (2019).

A coleta foi realizada em junho de 2025, por meio de uma equipe de campo, previamente capacitada, composta por professores, técnicos administrativos e estudantes da UFMS integrantes do projeto de pesquisa "Impactos da regularização fundiária em assentamentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul", que tem como intuito geral analisar as condições gerais e os impactos da regularização fundiária em assentamentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul.

O delineamento analítico deste diagnóstico preliminar dialoga diretamente com os dados oficiais e o levantamento censitário estruturado no âmbito do convênio institucional entre as entidades promotoras da reforma agrária no estado. Para a caracterização contextual e validação dos parâmetros socioeconômicos e territoriais investigados, tomaram-se como referência diagnóstica o Relatório Técnico Final do Assentamento Estrela Jaraguari (Brasil, 2026a) e o Relatório Técnico Consolidado dos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária (Brasil, 2026b), ambos publicados em abril de 2026 como produto da cooperação técnica e científica entre o INCRA, a UFMS e a FAPEC.

Foi utilizado um questionário estruturado, composto por perguntas abertas e fechadas, organizado em seis eixos temáticos principais. Neste trabalho apresentamos os resultados dos eixos: 1) Regularização fundiária e segurança jurídica; 2) Estrutura social e protagonismo feminino; e 3) Matriz produtiva e comercialização. Os dados quantitativos foram processados em planilhas eletrônicas utilizando a estatística descritiva, com o uso de frequências absolutas e relativas, além de representações gráficas para facilitar a análise comparativa. Os elementos qualitativos, advindos das respostas abertas e observações de campo, foram integrados para conferir profundidade interpretativa aos resultados, garantindo maior objetividade na compreensão dos impactos da titulação da terra.

A análise dos dados empíricos não se limitou à tabulação descritiva, mas utilizou a análise de conteúdo, articulando os dados quantitativos com as categorias teóricas de territorialidade, relações de poder frente ao modelo hegemônico e agência social, permitindo interpretar como a burocracia institucional e a pressão do agronegócio local moldam a autonomia subjetiva e material dos assentados. Esses procedimentos permitiram construir esse diagnóstico preliminar multidimensional, para as discussões de **poder e sociedade**, conectando os dados estatísticos às percepções subjetivas de autonomia dos assentados.

A operacionalização da análise qualitativa ocorreu por meio da categorização temática das respostas abertas e dos registros de observação de campo, considerando três categorias analíticas centrais: 1) Percepção de segurança jurídica e permanência no território; 2) Estratégias de reprodução social e produtiva; e 3) Desafios estruturais relacionados à comercialização, sucessão geracional e participação feminina. Essas categorias permitiram

interpretar os sentidos atribuídos pelos assentados ao processo de regularização fundiária e suas implicações sobre a autonomia das famílias.

Por se tratar de um diagnóstico preliminar, os resultados apresentados possuem caráter exploratório e descritivo, não pretendendo esgotar a complexidade das relações territoriais, produtivas e políticas existentes no assentamento. Assim, as análises interpretativas desenvolvidas neste estudo devem ser compreendidas como tendências analíticas iniciais, passíveis de aprofundamento em investigações futuras de natureza longitudinal e etnográfica.

Durante a preparação deste manuscrito, os autores utilizaram a ferramenta ChatGPT (OpenAI) como apoio à estruturação textual e à organização lógica do manuscrito. Os autores declaram que a IA foi utilizada estritamente como ferramenta de suporte metodológico e linguístico. O texto final foi revisado para garantir a precisão técnica e os autores assumem total responsabilidade pelo conteúdo publicado.

4. Resultados

A interpretação dos dados empíricos e a caracterização da heterogeneidade dos lotes foram validadas por meio dos dados dos documentos norteadores da política de regularização locais. Utilizaram-se como parâmetros de controle analítico os dados censitários e institucionais oficiais constantes no Relatório Técnico Final do Assentamento da Reforma Agrária Estrela Jaraguari (Brasil, 2026a) e no Relatório Técnico Consolidado correspondente aos assentamentos regionais (Brasil, 2026b). Essa articulação permitiu apresentar os dados da amostragem de campo com a realidade global mapeada pela parceria INCRA/UFMS/FAPEC. Apresentam-se inicialmente os dados referentes ao perfil etário e de gênero da população estudada (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - Perfil Etário

Faixa Etária	**Percentual (%)**
Até 14 anos	14%
De 15 a 25 anos	14%
De 26 a 35 anos	5%
De 36 a 45 anos	8%
De 46 a 55 anos	14%
De 56 a 65 anos	29%
66 anos e mais	16%
Total	**100%**

Fonte: Dados da Pesquisa (UFMS, 2025).

A população do assentamento é predominantemente madura e envelhecida (Tabela 1). A faixa de 56 a 65 anos concentra a maior parcela (29%), seguida pelos idosos acima de 66 anos (16%). No outro extremo, apenas 5% têm entre 26 e 35 anos, o que evidencia baixa presença de jovens adultos e aponta um sério risco para a sucessão familiar rural.

Tabela 2 - Gênero

Gênero	**Quantidade**	**Percentual (%)**
Masculino	71	53%
Feminino	62	47%
Total	**133**	**100%**

Fonte: Dados da Pesquisa (UFMS, 2025)

A distribuição entre homens e mulheres (Tabela 2) é bastante equilibrada: 53% masculino (71 pessoas) e 47% feminino (62 pessoas), num total de 133 moradores. Essa proximidade entre os percentuais reforça a participação ativa das mulheres na vida do assentamento.

Os dados da pesquisa revelam que a titulação já avançou de forma significativa, pois todos os lotes pesquisados receberam o Título de Domínio (TD) do Incra, o que representa um marco relevante em comparação com a realidade da maioria dos assentamentos brasileiros, nos quais a titulação definitiva ainda é uma exceção. No entanto, a conclusão plena do processo enfrenta obstáculos administrativos e financeiros relevantes, especialmente ligados à quitação de débitos, à emissão ou pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU), à liberação de cláusulas resolutivas e à escrituração final dos lotes (Tabela 3).

Tabela 3 - Etapas do Processo de Regularização Fundiária

Situação do Lote	Estágio do Processo	Frequência Absoluta (f)	Frequência Relativa (%)
Lote escriturado	Regularização concluída	4	8%
Cláusula resolutiva liberada	Regularização concluída	3	6%
Em processo de liberação de cláusula resolutiva	Em andamento	4	8%
GRU quitada integralmente	Regularização concluída	10	20%
GRU em pagamento parcelado	Em andamento	10	20%
GRU emitida, mas não paga	Pendente / Sem ação	6	12%
Título registrado, somente	Em andamento	5	10%
Sem providências após receber TD	Pendente / Sem ação	8	16%
Total	**-**	**50**	**100%**

Fonte: Dados da Pesquisa (UFMS, 2025).

A análise dos estágios de regularização fundiária (Tabela 3) revela que, embora apenas 14% das famílias tenham concluído integralmente o processo (8% lote escriturado e 6% cláusula resolutiva liberada), o avanço nos trâmites das GRUs representa uma estratégia de resistência jurídica. Frente à forte expansão territorial do agronegócio monocultor no estado de Mato Grosso do Sul, a titulação deixa de ser um mero ato burocrático e assume o papel de instrumento de estabilidade territorial e segurança jurídica, assegurando a permanência das famílias na terra e criando uma barreira legal contra a reconcentração fundiária latifundiária.

Apesar dos obstáculos administrativos, a percepção subjetiva das famílias sobre segurança jurídica após a titulação é majoritariamente positiva. A pesquisa apontou (Tabela 4) que 80% dos entrevistados declararam sentir-se seguros após a titulação de seus lotes, 12% declararam insegurança e 8% afirmaram que nada mudou em relação à sua segurança. Esse resultado é analiticamente relevante, pois aponta o sentimento de segurança, mesmo que ainda não respaldado pela conclusão burocrática plena do processo, tende a impulsionar o planejamento produtivo, estimular novos investimentos no lote e fortalecer vínculos de cooperação entre os assentados.

Tabela 4 - Percepção sobre Segurança Jurídica após a Titulação

Percepção dos Assentados	Frequência Absoluta (f)	Frequência Relativa (%)
Seguro	40	80%
Inseguro	6	12%
Nada mudou após a titulação	4	8%
Total	**50**	**100%**

Fonte: Dados da Pesquisa (UFMS, 2025)

Esse sentimento de segurança jurídica manifestado por 80% dos pesquisados (Tabela 4) vincula-se diretamente à construção da percepção de maior estabilidade e segurança quanto à permanência no território. A estabilidade da posse desmistifica a lógica de vulnerabilidade perante o mercado de terras local, permitindo que o assentado planeje sua matriz produtiva a longo prazo sem o temor imediato do desalojamento, estabelecendo uma base sólida para o desenvolvimento de arranjos organizacionais alternativos.

Analisa-se a seguir (Tabela 5) as dimensões de atuação, descrição das atividades e identificação de avanços ou desafios enfrentados pelas mulheres.

Tabela 5 - Protagonismo feminino no Assentamento Estrela

Dimensão	Descrição	Dado / Status
Reconhecimento de mudanças positivas no papel das mulheres	Entrevistados que identificaram avanços no protagonismo feminino nas unidades familiares	44%
Participação na produção	Suporte ativo nas atividades produtivas e beneficiamento de alimentos	Sim
Participação na comercialização	Protagonismo na etapa de comercialização direta dos produtos	Sim
Gestão doméstica	Organização e gestão da unidade familiar	Sim
Transmissão de saberes	Detentoras do "saber fazer"; promovem aprendizagem coletiva por meio de troca de receitas	Sim
Acesso à terra	Acesso restrito ainda se configura como desafio a superar	Desafio
Sobrecarga de atividades	Acúmulo de trabalho produtivo e de cuidados	Desafio

Fonte: Dados da pesquisa (2025); Instituto Fome Zero (2026).

Observou-se que a atuação das mulheres não se restringe às atividades domésticas, abrangendo também processos de beneficiamento, comercialização direta e circulação de saberes produtivos, especialmente relacionados à produção de alimentos e organização familiar. Tal participação contribui para a diversificação das fontes de renda e para a manutenção das redes locais de sociabilidade. Cerca de 44% dos entrevistados (Tabela 5) reconheceram avanços no protagonismo feminino, no entanto, o acesso restrito à terra e a sobrecarga de atividades ainda se configuram como desafios concretos a serem superados, mesmo no contexto do Ano Internacional das Mulheres Agricultoras (Nogueira *et al.*, 2026).

Os dados demográficos de faixa etária (Tabela 1) indicam um severo desafio de sucessão familiar e esvaziamento geracional, visto que 45% da população concentra-se acima dos 56 anos, enquanto apenas 5% está na faixa de transição juvenil (26 a 35 anos). Esse cenário de envelhecimento tensiona a sustentabilidade da organização produtiva alternativa.

Em contrapartida, emerge o protagonismo feminino como eixo de emancipação social, pois as mulheres, constituintes de 47% da estrutura local (Tabela 2) e centralizadoras dos processos de beneficiamento e comercialização em circuitos curtos, reconfiguram parcialmente as divisões tradicionais de trabalho no espaço rural. A atuação feminina converte o lote em um espaço político de resistência econômica, onde a soberania alimentar e a transmissão de saberes tradicionais funcionam como contraponto direto à lógica produtivista predominante no agronegócio regional.

No que tange à matriz produtiva e comercialização, os dados de campo evidenciam uma forte vocação agrícola voltada ao autoconsumo e ao abastecimento de feiras locais. Contudo, a consolidação dessa vertente comercial esbarra na dependência de intermediários e em entraves logísticos de escoamento. O protagonismo feminino atua como elemento dinamizador neste eixo, visto que as mulheres lideram as etapas de agregação de valor e vendas diretas, expandindo a renda familiar e consolidando o território como espaço de fortalecimento das estratégias de permanência econômica.

5. Considerações Finais

O Projeto de Assentamento Estrela, embora tenha alcançado um marco significativo com a titulação formal dos lotes, com o Título de Domínio (TD), ainda enfrenta desafios substanciais para a regularização plena. A lacuna entre a titulação formal e a escrituração final, decorrente de obstáculos administrativos e financeiros, cria uma tensão estrutural que exige o acompanhamento de políticas públicas contínuas. Contudo, a percepção positiva dos pesquisados quanto a segurança jurídica por parte dos assentados é um fator motivador importante, com potencial para impulsionar o planejamento produtivo e os investimentos, mesmo que a burocracia ainda persista.

A estrutura social do assentamento revela uma população em processo de envelhecimento e uma redução no tamanho médio das famílias, indicando desafios futuros para a sucessão e a dinamização da produção agrícola. Apesar disso, a pesquisa destaca um promissor protagonismo feminino, evidenciado por dados e pela percepção de mudanças positivas, com o apoio de iniciativas como o Crédito Fomento Mulher. A forte vocação agrícola do assentamento, com a maioria trabalhando exclusivamente no lote, e a presença de estudantes, apontam para a necessidade de políticas que integrem a juventude e diversifiquem as oportunidades, mitigando a evasão e assegurando a continuidade produtiva.

Em suma, o Projeto de Assentamento Estrela se posiciona como um projeto de reforma agrária com potencial para configurar uma forma organizacional alternativa ao modelo hegemônico do agronegócio em Mato Grosso do Sul. Contudo, para que essa alternativa se consolide, é imperativo que as políticas públicas superem a mera criação do projeto e acompanhem os assentados na fase de regularização plena, no fomento à diversificação produtiva e na garantia de acesso a serviços públicos essenciais. A análise de sua organização produtiva e condições socioeconômicas, em diálogo com os desafios da regularização e a dinâmica social, revela um complexo arranjo que busca construir autonomia e resiliência em um território marcado pela concentração fundiária e pela expansão do agronegócio.

Em resposta à questão norteadora deste estudo, conclui-se que a regularização fundiária influencia diretamente a percepção de segurança jurídica, o planejamento produtivo e as estratégias de permanência das famílias assentadas no território. Embora persistam entraves administrativos e financeiros que dificultam a consolidação plena da autonomia econômica, a titulação da terra representa um elemento relevante para a estabilidade social e produtiva do assentamento, contribuindo para a construção de perspectivas futuras de reprodução social no meio rural.

A organização produtiva e a autonomia do assentamento estruturam-se como estratégias locais de permanência e reprodução social, cuja resiliência e busca por sustentabilidade no campo são sustentadas primordialmente pelo protagonismo feminino e pela capacidade organizativa local, enfrentando inclusive o desafio latente do envelhecimento populacional e da sucessão familiar rural. Os resultados reforçam a necessidade de compreender a reforma agrária

para além da redistribuição formal da terra, incorporando dimensões relacionadas à reprodução social, às dinâmicas territoriais e às condições efetivas de permanência das famílias no campo. Como agenda futura de pesquisa no campo de poder e sociedade, recomenda-se investigar o impacto das redes de economia solidária e do cooperativismo na mitigação dos gargalos de comercialização e escoamento identificados.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Código de Financiamento 001; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001; e, da Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC).

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. **Portaria nº 44, de 5 de dezembro de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 235, 7 dez. 2007. Seção 1, p. 97.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Técnico Final**: Assentamento da Reforma Agrária Estrela Jaraguari – Jaraguari/MS. Campo Grande: INCRA; UFMS; FAPEC, abr. 2026a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Técnico Consolidado**: Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária: Estrela Jaraguari, Conquista, Aimoré e Itaquiraí. Campo Grande: INCRA; UFMS; FAPEC, abr. 2026b.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 138-164, set.-dez. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.47946/rnera.v0i55.6907.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FORZA, Cipriano. Survey research in operations management: a process-driven guide. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 22, n. 2, p. 152-194, 2002. Disponível em: https://doi.org/10.1108/01443570210414310

MELO, Danilo Souza. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 39, pp. 133-160, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.47946/rnera.v0i39.4204

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista OKARA: Geografia**

em debate, v. 12, n. 2, p. 624-648, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2018v12n2.41333

NOGUEIRA, Fernando Lopes; NASCIMENTO, Tchoya Gardenal Fina do; PITALUGA, Christiane M.; NETO, Leonardo Francisco F.; SILVA, Loacir; DORNELLES, Sandro Fabian Francilio; SILVA, Devanildo Braz da; BARROS, Ludmar de; SHIMABUKURO, André Luis Kiyoshi; AQUINO, Marcio de. **Relatório técnico final**: aspectos socioeconômicos após a etapa de regularização fundiária/titulação no Assentamento Estrela Jaraguari, Jaraguari, MS. Campo Grande: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, abr. 2026.

SAUNDERS, Mark; LEWIS, Philip; THORNHILL, Adrian. **Research Methods for Business Students**. 8. ed. New York: Pearson, 2019.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3 (119), pp. 511-531, jul.-set. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009